

O PENSAMENTO DE NORBERT ELIAS: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS¹

Ângelo Brigato Ésther²

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.351.119096>

RESUMO

Norbert Elias se inscreve numa perspectiva crítica à teoria sociológica predominante de seu tempo, notadamente o estrutural-funcionalismo. Ele recusa a compreensão de termos como “estrutura” e “função” num quadro de referência estático, que tende a assumir certo determinismo e pouca possibilidade de percepção da dinâmica social. Este artigo busca sintetizar, de forma integrada e articulada, suas principais concepções e formulações, de modo a trazer possíveis contribuições para o campo de estudos organizacionais. Neste aspecto, ressalta-se a combinação de diversas perspectivas sociológicas, conferindo-lhes uma abordagem única e peculiar, dentro da chamada sociologia dos processos ou da sociologia figuracional; em que recusa a dicotomia indivíduo/sociedade e a reificação de conceitos, articulando psicogênese e sociogênese como elementos indissociáveis para compreensão da vida social em longo prazo. Embora o autor não seja um teórico ou analista das organizações, sua teorização e seu método de análise possibilitam avanços para se compreender questões relevantes, como a dinâmica organizacional, identidade e relações de poder, bem como se pensar a organização como um figuração.

Palavras-chave: Sociologia relacional. Sociologia figuracional. Estudos organizacionais.

NORBERT ELIAS' THINKING: CONTRIBUTIONS TO ORGANIZATIONAL STUDIES

Norbert Elias is inscribed in a critical perspective to the predominant sociological theory of his time, notably the structure-functionalism. He refuses to understand terms such as "structure" and "function" in a static frame of reference, which tends to assume a certain determinism and little possibility of perception of social dynamics. This article seeks to synthesize, in an integrated and articulated way, its main conceptions in order to bring contributions to the field of organizational studies. In this aspect, the combination of different sociological perspectives stands out, giving it a unique and peculiar approach, within the so-called sociology of processes

¹ Recebido em 5/10/2021, aceito em 3/7/2022.

² Universidade Federal de Juiz de Fora – Departamento de Administração e Ciências Contábeis; Juiz de Fora – MG (Brasil); <https://orcid.org/0000-0001-9084-3746>; angelo.esther@ufjf.edu.br.

or figurational sociology, in which he refuses the individual/society dichotomy and the reification of concepts, articulating psychogenesis and sociogenesis as inseparable elements for understanding social life in the long term. Although he is not a theorist or analyst of organizations, his theorization and method of analysis allow advances to understand relevant issues, such as organizational dynamics, identity, power relations, as well as to think of the organization as a figuration.

Keywords: Relational sociology. Figurational sociology. Organizational studies.

EL PENSAMIENTO DE NORBERT ELIAS: CONTRIBUCIONES A LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES

Norbert Elias se inscribe en una perspectiva crítica a la teoría sociológica predominante de su tiempo, especialmente el estructura-funcionalismo. Se niega a entender términos como "estructura" y "función" en un marco de referencia estático, que tiende a asumir un cierto determinismo y poca posibilidad de percepción de la dinámica social. Este artículo busca sintetizar, de manera integrada y articulada, sus principales concepciones con el fin de aportar contribuciones al campo de los estudios organizacionales.

En este aspecto, destaca la combinación de diferentes perspectivas sociológicas, dándole un enfoque único y peculiar, dentro de la llamada sociología de los procesos o sociología figuracional, en la que él niega la dicotomía individuo/sociedad y la cosificación de los conceptos, articulando la psicogénesis y la sociogénesis como elementos inseparables para entender la vida social en el largo plazo. Si bien no es teórico ni analista de las organizaciones, su teorización y método de análisis permiten avances para comprender cuestiones relevantes, como la dinámica organizacional, la identidad, las relaciones de poder, así como pensar la organización como una figuración.

Palavras chave: Sociología relacional. Sociología figuracional. Estudios organizacionales.

INTRODUÇÃO

Norbert Elias nasceu na Alemanha, em Breslávia (atualmente *Wroclaw*, Polônia), em 1897, e morreu em Amsterdã em 1990. Foi professor em Leicester, na Inglaterra, e professor visitante em universidades na Holanda, Alemanha e Gana. Doutor em Filosofia pela Universidade de Breslávia (1924), embora tenha realizado estudos de medicina anteriormente, curso que acabou por abandonar, mas que foi fundamental para seu pensamento (ELIAS, 2001b). Em 1925, muda-se para Heidelberg, para continuar seus estudos, porém no campo da sociologia. À época, foi aceito como candidato à habilitação por Alfred Weber, irmão de Max Weber, mas por conta de possibilidade de desenvolvimento de sua carreira acadêmica, acaba se tornando amigo e assistente de Karl Mannheim, com quem foi trabalhar em Frankfurt, em 1929, no departamento de sociologia do instituto que se tornaria, no futuro, a famosa Escola de Frankfurt. De família judia, saiu da Alemanha em 1933 por conta da ascensão do nazismo, refugiando-se em Paris e depois em Londres. Daí a defesa apressada de sua tese de habilitação (que difere da de doutorado por conferir o direito de ensinar na universidade), naquele ano, que

se tornaria trinta e seis anos depois, o livro publicado “A sociedade de corte” (MENNELL, 2017).

Elias se tornou autor reconhecido tardiamente. Sua obra forneceu contribuições significativas para o entendimento da vida do homem em sociedade, já em seu primeiro livro, “A sociedade de corte” (ELIAS, 2001a), por volta de 1933, mas é sua obra “O processo civilizador” (ELIAS, 1994b) que se torna a mais conhecida. Posteriormente, o autor explora suas concepções em outras obras, muitas delas organizadas por colaboradores, de modo a sistematizar suas contribuições.

Segundo Landini e Dépelteau (2013), Elias tem sido estudado, criticado e classificado sob vários rótulos, seja como um autor “clássico” como Durkheim ou Parsons, seja como um estudioso dos processos sociais fluidos. Em relação ao status teórico de sua obra, alguns críticos percebem a teoria do processo civilizador e a figuração do tipo estabelecidos-*outsiders* como “teorias centrais”. Mas, ao que parece, não há uma unanimidade entre os críticos sobre o que exatamente Elias pretendeu realizar. Há vários trabalhos publicados sobre ele e sua produção, tais como aqueles desenvolvidos por Mennell e Goudsblom (1998), Mennell (1992), Van Krieken (1998), Salumets (2001), Dunning e Mennell (2003), Rivera (2010), Landini e Dépelteau (2013), Dépelteau e Landini (2014; 2017).

No Brasil, podem ser destacados o livro organizado por Waizbort (1999) e aqueles organizados por Goettert e Sarat (2009) e Sarat e Santos (2012), que condensam as contribuições de autores de diversas instituições. A própria Landini, citada anteriormente, é especializada na abordagem de Elias. Seja como for, Elias vem sendo estudado e debatido em diversas áreas, com temáticas variadas, como verifica-se no livro organizado por Gebara, Costa e Sarat (2014), que reúne trabalhos de pesquisadores de dois grupos, de brasileiros e de outros colaboradores, em parceria com a Fundação Norbert Elias, da Holanda.

Embora a sociologia atual já tenha incorporado parte do pensamento e da forma de operar de Norbert Elias, ao que parece o campo de estudos organizacionais ainda é carente de suas contribuições, ao menos no Brasil. Mesmo em publicações internacionais no campo – de língua inglesa em particular –, o aporte de Elias parece ser pouco explorado³, podendo-se destacar, a título de ilustração, a edição especial de 2001, do periódico *Organization*, que traz quatro artigos sob a perspectiva de Norbert Elias: i) Newton (2001) discute a relevância e as

³ Não houve a pretensão de realizar uma revisão sistemática da literatura ou um estudo bibliométrico sobre o aporte de contribuições de Norbert Elias especificamente aos estudos organizacionais. Entretanto, consultas à base Spell e às publicações da Anpad, por exemplo, não devolveram indícios consistentes. Internacionalmente, foi identificada uma edição especial do periódico *Organization*, de agosto de 2001 (vol. 8, n. 3), cuja temática é identificada como “*Elias and organization*”.

limitações de Elias, a partir da relação entre os conceitos de poder, interdependência e subjetividade, em que indica pontos de contato com alguns campos da análise organizacional; tais como estratégia, violência e emoções nas organizações, dentre outros, bem como aponta proximidades com análises organizacionais que tenham como foco Foucault, Marx, e a teoria do ator-rede; ii) Van Iterson, Mastenbroek e Soeters (2001) demonstram a importância dos estudos dos processos de longa duração e suas implicações para as conexões com desenvolvimentos macrossociais, como a formação do Estado, e as mudanças no nível micro, em termos de moral, comportamentos e mentalidades; iii) Dopson (2001), por sua vez, analisa as mudanças no sistema de gestão do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, aplicando a abordagem processual para compreender os resultados não pretendidos e sua associação com as mudanças implementadas; e iv) Por fim, Smith (2001) discute como a humilhação opera dentro das redes e da hierarquia organizacional.

Igualmente é digno de destaque o livro editado por Van Iterson (2002) que, em seus doze capítulos, discute diversos temas à luz do pensamento de Elias, tais como ecologia, comportamento organizacional, governança, as fofocas e elogios no contexto organizacional, dinâmica organizacional e a humilhação nas organizações.

Longe de constituir um estudo exaustivo sobre sua obra, este artigo busca sintetizar, de forma integrada e articulada, suas principais concepções e possibilidades de contribuição ao campo de estudos organizacionais⁴. É importante destacar que Elias buscou sempre integrar a repartição das ciências sociais, bem como incorporar disciplinas como a psicologia (psicanálise, inclusive), economia, filosofia, linguística, história e teoria literária (MICELI, 1999; WAIZBORT, 1999). Conforme aponta Van Krieken (1998), diversos conceitos utilizados por Elias podem ser encontrados no trabalho de outros sociólogos, mas o que torna sua abordagem tão poderosa (*powerfull*) é a combinação de perspectivas sociológicas por ele utilizadas.

1 (ELO PENSAMENTO DE NORBERT ELIAS E POSSIBILIDADES PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Norbert Elias se inscreve numa perspectiva crítica à teoria sociológica predominante de seu tempo, notadamente o estruturo-funcionalismo. Ele recusa a compreensão de termos como

⁴ No *site* da *Norbert Elias Foundation*, consta uma lista de autores e pesquisadores brasileiros acerca da abordagem do autor ou que a utilizam, inclusive com a indicação de campos e áreas temáticas. A área de Administração ou dos Estudos Organizacionais não aparece nessa lista. Há, ainda, um *link* para uma lista de pesquisadores internacionais, por país. Cf. <http://norbert-elias.com/pt/sobre-norbert-elias/>.

“estrutura” e “função” num quadro de referência estático, que tende a assumir certo determinismo e pouca possibilidade de percepção da dinâmica social. A dicotomia indivíduo/sociedade (I-S) é uma falácia e um engano, uma “aberração intelectual” (ELIAS, 2008, p. 140), embora esteja muito presente nas abordagens sociológicas e psicológicas, incluindo as de Talcott Parsons, Durkheim e Freud, dentre outros, segundo o autor. Em seu modo de ver, tais instâncias podem até ser consideradas distintas, mas jamais separadas e autônomas (ELIAS, 1994^a). Elias, a rigor, recusa esses dualismos ontológicos (MOTA, 2021), que acabam por serem tomados de forma reificada (QUILLEY; LOYAL, 2005) ou mesmo como substâncias (SEGURA-RAMIREZ, 2001). Tal concepção levou, inclusive, a uma separação entre campos de estudos: a psicologia, para estudar o indivíduo; a sociologia, para estudar a sociedade (ELIAS, 2008). Na prática, tal dicotomia é inexistente. Como bem assevera Flórez (2010), o termo “ontologia” não teria agradado ao próprio Elias, dado seu uso geralmente filosófico aparentado à metafísica e à suposição de uma realidade imutável.

Elias (2008, p. 15) argumenta que a sociologia tradicional assume que “a sociedade é construída por estruturas que nos são exteriores – os indivíduos – e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível”, ou seja, há uma reificação de conceitos, na medida em que desenvolvemos um modo de formar as palavras e conceitos, que reforça a tendência de desumanizarmos as estruturas sociais, conduzindo a uma “característica metafísica das estruturas sociais” (ELIAS, 2008). Tal situação ocorre na medida em que os recursos de linguagem e de pensamento não são adequados para expressar o que se pretende expressar. Na prática, quando se pretende expressar um processo, por meio da linguagem, acabamos por denotar algo estático. Elias exemplifica com a frase “o vento sopra”, como se o vento estivesse em descanso e, que em dado momento, decidisse se mover ou soprar. É o que Elias (2008, p. 122) denomina “redução-processual”, ou seja, a redução de processos a condições estáticas. Assim, ao contrário de tal concepção, para Elias a sociedade é uma figuração ou uma teia de indivíduos interdependentes, ou seja, não existe sociedade sem indivíduos⁵. Devido à sua interdependência e ao modo como as ações e experiências dos indivíduos se interpenetram, forma-se uma figuração ou um tipo de ordem

⁵ Para Elias, “Cidades e aldeias, universidades e fábricas, estados e classes, famílias e grupos operacionais, todos eles constituem uma rede de indivíduos. Cada um de nós pertence a esses indivíduos – é isso que significam as expressões ‘a *minha* aldeia, a *minha* universidade, a *minha* classe, o *meu* país’. [...] referimo-nos habitualmente a essas estruturas como se elas existissem não só acima e para além de nós mesmos, mas também acima e para além de qualquer pessoa. Neste tipo de pensamento, parece evidente que o ‘eu’ ou ‘os indivíduos particulares’ estão de um lado, havendo do outro lado a estrutura social, o ‘meio ambiente’ que me rodeia, a mim e aos outros ‘eus’” (ELIAS, 2008, p. 16). É importante destacar que Elias rejeita a noção ontológica do ser humano como *homo clausus*, como o homem fechado em si mesmo, atomizado, totalmente independente, noção que teria dado origem à dualidade sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, daí seu conceito de figuração (LANDINI, 2013).

relativamente autônoma, ou seja, ninguém é capaz de determinar a figuração ou sua direção como uma espécie de comandante deste processo (ELIAS, 2008)⁶. Em outras palavras, o conceito de figuração é melhor compreendido quando associado ao conceito de processo (LANDINI; LEÃO, 2021).

Nenhum indivíduo possui a autonomia, por vezes admitida por vertentes da filosofia do conhecimento, que partem do princípio de que a aquisição de conhecimento para cada indivíduo é universalmente a mesma, independentemente da época em que vivem, do estágio do desenvolvimento da sociedade ou de um “outro”. Elias afirma, inclusive, a despeito de outras questões envolvidas, que o *cogito ergo sum* de Descartes, é um completo absurdo sob esta ótica, pois, somente para poder formular isto, o indivíduo precisou aprender a linguagem com outros. Ou seja, a ausência da intersubjetividade neste processo é um grande equívoco, decorrente desta cisão indivíduo-sociedade (ELIAS, 1998).

Os seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações. Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam. Mas as transformações dos seres humanos singulares e as transformações das figurações que eles formam uns com os outros, apesar de inseparáveis e entrelaçadas entre si, são transformações em planos diferentes e de tipos diferentes. Um ser humano singular pode ter relativa autonomia em relação a determinadas figurações, mas em relação às figurações em geral, quando muito, apenas em casos extremos (por exemplo, o da loucura). As figurações podem ter autonomia em relação a determinados indivíduos que as formam no aqui e agora, mas nunca em relação aos indivíduos em geral. Dito de outra maneira: um ser humano singular pode possuir uma liberdade de ação que lhe permita desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra, mas em que medida isto é possível, depende, de fato, das peculiaridades da figuração em questão. As mesmas pessoas também podem formar, umas com as outras, diferentes figurações. Inversamente, diferentes seres humanos singulares podem formar figurações similares, com certas variações (famílias, burocracias, cidades, países) (ELIAS, 2006, p. 27).

“O que Elias quer evitar é o perigo de se acreditar que exista o indivíduo a-social, como se ele fosse um agente que existe por si mesmo, e o perigo de postular a existência de um sistema ou um todo, ou seja, uma sociedade que existiria para além do ser humano singular e para além de todos os indivíduos (ELIAS, 2006)” (ÉSTHER, 2019, p. 861), desmistificando a dualidade agência-estrutura, debate fundamental na sociologia com repercussões nos estudos

⁶ O autor utiliza os termos “figuração” e “configuração” de forma intercambiável, como sinônimos. Com o tempo, ele passou a preferir o termo “figuração”.

organizacionais, especialmente com a noção de *habitus* de Bourdieu (SETTON, 2018) e a teoria da estruturação de Giddens (NEUBERT, 2018), por exemplo. Igualmente, buscava adotar conceitos que denotassem a dinâmica processual, contrária à visão estática de conceitos como o de “sistema”, central a Talcott Parsons (MENNELL; GOUDSBLOM, 1998).

Elias analisa e situa as figurações no tempo histórico, na medida em que as considera como dinâmicas que se sucedem no tempo e no decorrer do processo civilizador, não havendo estágios estanques, datas de início ou de término para cada uma, mas um processo de continuidade e transformação ao longo do tempo (LANDINI; LEÃO, 2021). Assim, é um erro tanto desconsiderar a história quanto organizar a sociologia em torno de uma teoria da ação, daí a compreensão da vida social como não planejada e não intencionada pelas ações humanas, em que as redes de interdependências dos seres humanos formam figurações, as quais conectam o psicológico com o social, ou o *habitus* com as relações sociais (VAN KRIEKEN, 1998). Neste sentido, embora de acordo com Weber quanto ao fato dos indivíduos não estarem “flutuando no espaço” e que, por isso, estão presos uns aos outros, numa relação de interdependência; Elias não admite a possibilidade de ações estritamente individuais, ou seja, para ele ação é individual e ao mesmo tempo social e determinada pelas figurações, as quais regulam e controlam as emoções dos indivíduos e, portanto, suas ações (PREVIATTI, 2017). Tal concepção o leva a refutar, também em Weber, as noções de líder carismático e de tipo ideal (SILVA; CERRI, 2013), bem como a compreender o sentido da ação somente se compreendermos o indivíduo imerso em uma figuração, de modo a entender sua ação e o funcionamento da figuração (PREVIATTI, 2017). Apoiados nisso e tomando a organização como uma figuração, Connolly e Dolan (2012) analisam como a dinâmica da interdependência social entre indivíduos, grupos; sua organização e outras organizações impactam sua figuração; e como as mudanças nas fontes de poder e identidade estão conectadas com a dinâmica figuracional.

Elias exemplifica a relação indivíduo-sociedade utilizando a metáfora da rede ou de um tecido, mostrando que não há tecido sem a interdependência dos fios, bem como demonstra a interdependência I-S utilizando o exemplo de Aristóteles, sobre a relação entre a casa e as pedras. Não se pode compreender a estrutura da casa inteira pela contemplação isolada de cada uma das pedras, nem pelo somatório delas. Neste sentido, ele destaca a teoria da *gestalt*, que mostra que o todo é diferente da soma das partes, tal como a música consiste de notas individuais, mas que não é o mesmo que sua soma, e como, também, o livro e as frases do texto, e assim por diante (ELIAS, 1994a).

No mundo social, em seu processo civilizador, há uma correspondência entre a estrutura social e a estrutura de personalidade (ou estruturas psicológicas) do ser individual. Este

processo pode ser caracterizado de modo geral como o processo de mudança, repressão e controle dos comportamentos, dos instintos e dos desejos. Embora as pessoas disponham de liberdade individual de movimento, há, também, uma espécie de ordem oculta e não perceptível diretamente pelos sentidos. Cada pessoa pertence a determinado lugar, tem uma função, uma propriedade ou um trabalho específico. Nem sempre é possível sair deste lugar, de sua condição.

Nas palavras do autor:

[...] cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependentes de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal. [...] em cada associação de seres humanos, esse contexto funcional tem uma estrutura muito específica. (ELIAS, 1994a, p. 22).

Esta ordem oculta não se deve a uma vontade individual nem mesmo “a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de muitas pessoas individuais. Não foi com base na livre decisão de muitos, num *contrato social*, e menos ainda com base em referendos ou eleições” (ELIAS, 1994a, p. 22). Na verdade, votações e eleições só ocorrem quando as instituições permanentes de controle social atuam aliadas a uma estrutura muito específica de funções sociais. Mas, ao mesmo tempo, as estruturas sociais não existem fora dos indivíduos. Cada pessoa está ligada a outro como um elo numa rede.

E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos de “sociedade”. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos de “estruturas sociais”. E, ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidade sociais”, não nos referimos a outra coisa senão a isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas. (ELIAS, 1994a, p. 23).

Em outras palavras, os indivíduos vivem por meio de relações, relações estas que assumem figurações específicas, mas que possuem suas próprias estruturas sociais. Para uma compreensão melhor deste processo, é necessário abordar a questão da autoconsciência. Elias destaca o fato de que, às vezes, pensamos nas pessoas e em nós mesmos como se nunca tivéssemos sido crianças. É somente por uma série de relações que a criança se transforma no adulto, caso contrário, ela seria, na melhor das hipóteses, um animal humano semisselvagem. É por meio destas relações que a criança aprende a fala articulada, que ela aprende um tipo específico de controle dos instintos (ELIAS, 1994a, p. 27). Nos termos de Elias, é neste processo contínuo que a criança vai desenvolvendo a estrutura de personalidade. Em outras palavras, é quando e como o indivíduo vai se tornando humano, ou seja, é graças ao processo

de socialização que o indivíduo vai construindo sua própria individualidade. Neste sentido, individualização e socialização são consideradas, basicamente, sinônimas. E, mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações vividas por cada pessoa lhe confere uma história individual particular, ou seja, duas crianças numa mesma família jamais serão idênticas. Elias explica da seguinte forma este processo:

O recém-nascido não é mais do que o esboço preliminar de uma pessoa. Sua individualidade adulta não provém, necessariamente e por um caminho único, daquilo que percebemos como suas características distintivas, sua constituição especial, do mesmo modo que uma planta de determinada espécie evolui de sua semente: a constituição característica de uma criança recém-nascida dá margem a uma grande profusão de individualidades possíveis. Ela exibe não mais que os limites e a posição da curva de dispersão em que pode residir a forma individual do adulto. O modo como essa forma realmente se desenvolve, como as características maleáveis da criança recém-nascida se cristalizam, gradativamente, nos contornos mais nítidos do adulto, nunca depende exclusivamente de sua constituição, mas sempre da natureza das relações entre ela e as outras pessoas. (ELIAS, 1994a, p. 28).

A figuração social assume contornos diferentes em sociedades diferentes, variando conforme seu estágio de desenvolvimento, desenvolvimento este que não é planejado por ninguém, embora possua sua ordem oculta. Tal ordem jamais é linear. Ao contrário, se existe a possibilidade de múltiplas individualidades – e, por conseguinte, de estruturas de personalidade – é porque existe, igualmente, a possibilidade de uma profusão de estruturas sociais, exatamente por não ser possível dissociar o indivíduo da sociedade. Em cada estágio de desenvolvimento da sociedade, a criança – as pessoas de modo geral – desenvolve sua estrutura dos instintos e da consciência próprios daquele estágio. Em outras palavras, uma criança do século XIII possuía uma estrutura de personalidade bastante diferente daquela percebida no século XVIII, por exemplo, até porque a criança precisa da sociedade para se desenvolver e se tornar adulta. Mas é preciso esclarecer que a formação da criança não é meramente uma cópia de todas as demais, cada indivíduo encontra sua própria maneira de lidar com as demais pessoas na figuração social, por meio de um “complexo autocontrole psíquico” (ELIAS, 1994a, p. 28), construído ao longo de sua vida.

Elias analisa com profundidade estas questões em sua clássica obra “O processo civilizador”, ao mostrar as mudanças nas estruturas sociais e nas estruturas de personalidade ao longo da Idade Média até os dias atuais. Para ele, não se pode compreender a psicogênese do adulto sem a compreensão simultânea da sociogênese da nossa civilização. O autor esclarece o que ele quer dizer:

[...] nenhum ser humano chega civilizado ao mundo [...] o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. Por conseguinte, a estrutura dos sentimentos e consciência da criança guarda sem dúvida certa semelhança com a de pessoas “incivis”. O mesmo se aplica ao estrato

psicológico em adultos que, com o progresso da civilização, é submetido com maior ou menor rigor a uma censura e, em consequência, encontra nos sonhos uma válvula de escape. Mas, desde que, em nossa sociedade, todo ser humano está exposto desde o primeiro momento de vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados, ele deve de fato passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história, mas não através das fases históricas individuais do processo civilizador social (ELIAS, 1994b, p. 15).

No que se refere ao conceito de civilização, Elias (1994b, p. 23) pondera que este termo pode significar muitas coisas, mas, em geral tende a ser equivalente a expressão da “consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume “tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas”. Neste sentido, observa-se a possibilidade de se discutir o conceito em conformidade com a perspectiva descolonial, por exemplo, na medida em que emerge o eurocentrismo do suposto senso comum ocidental.

Ao mesmo tempo, Elias não toma a civilização como sinônimo de modernidade. Ao contrário, para ele, a compreensão da sociedade como tarefa da sociologia não pode se limitar apenas ao período que se convencionou chamar de modernidade, comum para sociólogos tão diversos como Giddens ou Habermas, por exemplo; ao contrário, todas as “épocas” são relevantes (KILMINSTER, 2007). Se o processo civilizador diz respeito a mudanças de longo prazo no nível individual e coletivo, compreender como as mudanças ocorreram e quais impulsos levam a uma determinada direção não planejada, que constitui uma questão a ser investigada (LANDINI; LEÃO, 2021). No âmbito das organizações, por exemplo, tal perspectiva pode ser útil para se investigar processos de construção de identidade, a partir da compreensão dos processos de formação e constituição de um *habitus* individual e social.

A partir desta compreensão acerca de civilização, Elias admite que a identidade é aquilo que diz respeito tanto às diferenças quanto às semelhanças entre os indivíduos numa sociedade. No primeiro caso, o autor chama de identidade-eu; no segundo, de identidade-nós. Para discuti-la, é preciso levar em conta o estágio de desenvolvimento da sociedade. Para o autor, por exemplo, a sociedade atual favorece a identidade-eu como a dimensão mais evidente, dado o valor atribuído ao individualismo na sociedade capitalista, embora, em certos momentos, tenha havido uma precedência da identidade-nós sobre a identidade-eu. Elias explica tal relação da seguinte maneira:

O Estado romano republicano da Antiguidade é exemplo clássico de um estágio de desenvolvimento em que o sentimento de pertencer à família, à tribo e ao Estado, ou seja, a identidade-nós de cada pessoa isolada tinha muito mais peso do que hoje na balança nós-eu. Assim, a identidade-nós mal era inseparável da imagem que as classes formadoras da língua tinham da pessoa individual. A ideia de um indivíduo sem

grupo, de uma pessoa tal como seria se fosse despojada de toda referência ao nós, tal como se afiguraria se a pessoa isolada fosse tão altamente valorizada que todas as relações-nós, como família, tribo ou Estado, fossem consideradas relativamente sem importância, essa ideia ainda estava em boa medida abaixo da linha do horizonte na práxis social do mundo antigo (ELIAS, 1994a, p. 130).

Elias explica que cada pessoa, embora singular e diferente de todas as outras, tem um *habitus* ou uma composição social, que ela compartilha com as outras de sua sociedade. As dimensões individual e coletiva são entrelaçadas para a compreensão desta dialética. O indivíduo em sociedade apresenta o que o autor tem chamado de “estrutura social de personalidade”, ou seja, o indivíduo se encontra num determinado “estágio e padrão de auto-regulação individual” – conforme discutido no seu livro sobre o processo civilizador –, associado a um *habitus* social. Este *habitus* constitui, na visão do autor:

[...] o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo se difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social (ELIAS, 1994a, p. 150).

Em outras palavras, o indivíduo porta em si o *habitus* de um grupo, que ele individualiza em maior ou menor grau. Em conformidade com sua concepção, “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social” (ELIAS, 1994a, p. 151). A identidade eu-nós é parte constituinte do *habitus* social de uma pessoa, o que a deixa aberta à individualização. A identidade é a resposta à pergunta: “Quem sou eu?”, enquanto ser social e individual. É importante esclarecer que, nesta dialética I-S, “não há identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos da balança eu-nós, o padrão da relação eu-nós” (ELIAS, 1994a, p. 152).

Baseado na distinção entre “eu” e “mim” (tal como William James e George Herbert Mead, antes dele), Elias destaca a importância da memória no processo de construção da identidade, pois o desenvolvimento físico e corporal também não se desenvolve de forma abstrata.

A identidade-eu das pessoas depende, em imensa medida, de elas estarem cientes de si como organismos ou, em outras palavras, como unidades biológicas altamente organizadas. Graças a uma peculiaridade de sua organização corporal, as pessoas têm condição de se distanciarem de si enquanto organização física ao se observarem e pensarem a seu próprio respeito. Em virtude dessa peculiaridade de sua organização física, que lhes permite perceberem-se como imagens espaço-temporais entre outras imagens similares, como pessoas corporalmente existentes em meio a outras pessoas semelhantes, elas estão aptas a caracterizar sua posição, dentre outras maneiras, mediante o uso do símbolo “eu” e a caracterizar a posição das outras através de símbolos como “você”, “ele” ou “eles” (ELIAS, 1994a, p. 154).

Os indivíduos possuem a consciência da existência do corpo físico, o que lhes permite falar a respeito de si mesmos como se fossem um objeto, por vezes falando acerca de si com expressões do tipo: “meu corpo”, “minha alma” ou “minha mente”, como se houvesse uma pessoa existente fora do corpo (ELIAS, 1994a).

Ao mesmo tempo, Elias afirma que há diversas camadas de *habitus*. Em outras palavras, nas complexas sociedades atuais, os indivíduos são afiliados a diversos grupos sociais, como: nação, tribo, região, comunidade ou uma organização. Entre estas diversas afiliações, alguma pode ter certa proeminência (ELIAS, 1994a). Neste sentido, por exemplo, o autor ilustra os diferentes *habitus* e padrões de comportamento entre ingleses e alemães no que diz respeito às suas identidades nacionais (ELIAS, 2006).

Na vida em sociedade, as instituições desempenham o papel de formadoras de *habitus*. Num nível mais amplo, o autor afirma que “os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo *habitus* nacional. A língua comum é um exemplo imediato” (ELIAS, 1999, p. 29)⁷. Neste sentido, as sociedades podem ser compreendidas como “correlatos de complexos institucionais capazes de manter a posição de poder monopolístico por mais de uma só geração, como círculos de convivência social entre pessoas ou famílias que pertencem a esses complexos institucionais (*establishment*)” (ELIAS, 1999, p. 56). As instituições funcionam como elemento de integração a partir da formação do *habitus* social, fornecendo, assim, uma espécie de orientação para a formação da identidade.

De todo modo, figurações são fonte de sentido coletivas, como as organizações e instituições. E, neste aspecto em particular, Elias entende o sentido como uma categoria social, o que implica afirmar que o sentido, seja das palavras, seja o da vida de uma pessoa “tem em comum o fato de que o sentido associado a elas por essa pessoa não pode ser separado do associado a elas por outras. A tentativa de descobrir na vida de alguém um sentido independente do que essa vida significa para as outras pessoas é inútil” (ELIAS, 2001b, p. 65).

A identidade eu-nós é formada nas diversas configurações, as quais podem ser entendidas, a partir da metáfora do jogo e dos jogadores, como

[...] o padrão mutável criado pelo conjunto de jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo o que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrelaçado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 2008, p. 142).

⁷ Em Elias, *habitus* significa uma “segunda natureza” ou “saber social incorporado”, não constituindo um conceito essencialista. Ao contrário, Elias o utiliza para superar os problemas da noção de “caráter nacional” como algo fixo e estático (Eric Dunning e Stephen Mennell, no prefácio à edição inglesa de “Os alemães”. Cf. Elias, 1997).

No contexto das figurações – que podem ser as mais diversas possíveis, como alunos numa sala de aula ou indivíduos em uma organização, por exemplo –, a questão do poder emerge como fundamental. Se tomarmos como verdadeira a dicotomia I-S, somos tentados a ver cada indivíduo de forma isolada e detentor de poder em algum grau. Mas, tal forma de ver pressupõe o poder como algo possuído pelos indivíduos, a despeito do contexto em que as relações entre eles ocorrem. Assim, na concepção de Elias (2008), torna-se evidente que o poder se exerce de forma relacional, deixando de ser concebido como uma espécie de substância. Considerando que as configurações são mutáveis, existe um equilíbrio flutuante e elástico de poder, e este equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração. Dependendo da sua complexidade, por vezes se torna difícil perceber os diversos elos de interdependência.

As relações de poder são desnudadas por meio de, pelo menos, dois exemplos muito emblemáticos na obra de Elias: o caso de Mozart; e o caso dos estabelecidos e *outsiders* da cidade de Winston Parva, na Inglaterra. Nos dois casos, Elias deixa claro que, para compreender a experiência do indivíduo (e dos grupos), não basta uma narrativa histórica, é preciso construir um “modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa [...] formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época” (ELIAS, 1995, p. 18-19), como também compreender o estágio de desenvolvimento da sociedade em dado momento no tempo.

É preciso compreender o modelo das estruturas sociais da época, especialmente quando levam a diferenças de poder. Só dentro de tal modelo é que se pode discernir o que uma pessoa como Mozart, envolvida por determinada sociedade, era capaz de fazer ou não enquanto indivíduo. Somente deste modo é possível entender as coerções inevitáveis que agiam sobre Mozart e como ele se comportou em relação a elas, ou seja, se ele cedeu às pressões – o que teria influenciado sua música –, ou se tentou escapar ou se opor a tais pressões. Por mais que Mozart fosse um gênio (assim Elias o considera, um “gênio antes da era dos gênios”), em resumo, Mozart, em sua tentativa de expressar e desenvolver sua música, apresentava uma reação multifacetada. Segundo o autor, “Mozart viveu a ambivalência fundamental do artista burguês na sociedade de corte, que pode ser resumida na seguinte dicotomia: identificação com a nobreza da corte e seu gosto; ressentimento pela humilhação que ela lhe impunha” (ELIAS, 1995, p. 24). A vida de Mozart, já perto de sua morte, evidenciou a discrepância entre uma vida cheia de significado a partir da perspectiva do “ele”; e a vida sem significado a partir do seu próprio “eu” (ELIAS, 1995). Assim, Mozart não foi capaz de se adaptar à configuração da sociedade de corte em que vivia, lutando para equilibrar a balança entre identidade-eu e identidade-nós, não obtendo o reconhecimento e o sucesso que tanto desejava.

Em Winston Parva, Elias e seu colaborador (ELIAS; SCOTSON, 2000) demonstram como, basicamente, grupos familiares de três bairros configuravam uma rede de interdependência em que um dos grupos era fortemente estigmatizado pelos demais, especialmente por um deles. Eles se perguntaram por que alguns grupos se sentem superiores a outros e como fazem para impor esta crença sobre outros, pressupondo os outros como inferiores ou menos poderosos. O que os pesquisadores perceberam foi o desprezo por determinado grupo de famílias pelo simples fato de eles terem chegado à cidade há muito menos tempo que as famílias já estabelecidas. Para eles, haveria uma espécie de padrão de comportamento

[...] que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos e *outsiders*: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

De fato, não havia entre os grupos diferenças econômicas significativas, ao contrário, as famílias que se conheciam há mais de duas ou três gerações já haviam estabelecido um alto grau de coesão em vários níveis e de diversas formas – inclusive por meio do uso da fofoca [*praise gossip*] –, o que lhes permitia ativar o controle social por diversos meios, especialmente pelo monopólio de cargos e posições importantes na cidade, excluindo e evitando ao máximo a participação do grupo estigmatizado. Segundo os autores, a chave desta figuração está no equilíbrio instável de poder, com as tensões inerentes, em que este equilíbrio é, também, “a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo *outsider* por um grupo estabelecido” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23). O jogo de poder ocorre não apenas entre os grupos, mas dentro deles igualmente. De modo a pertencer ao grupo estabelecido, “a satisfação que cada um extrai da participação no carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.26).

A partir dos dois casos discutidos pelo autor, é possível perceber nas organizações situações muito semelhantes, como a questão da diversidade e do reconhecimento das diferenças, especialmente em se tratando de gênero e raça, em que negros e mulheres tendem a ser depreciados ou, na melhor das hipóteses, “tolerados”. Nesse sentido, Collins (2016), por exemplo, utiliza o termo *outsiders within*, no caso de mulheres negras e acadêmicas dentro das universidades que são vistas e se veem como *outsiders*, devido à hegemonia masculina e branca (*insiders*, segundo a autora, ou, *established*, nos termos de Elias).

Na linha de Elias e Scotson (2000) e Soeters e Van Itersson (2002) admite-se que os estabelecidos precisam dominar algumas fontes de poder para manter tal relação nas organizações. Para estes autores, a fofoca é um instrumento utilizado no contexto das relações de poder, tanto no sentido vertical quanto horizontal, sobretudo se considerada como um tipo de informação “*off the record*”. Quer dizer que a fofoca circula na informalidade do sistema de comunicação organizacional, de tal modo que quem a dissemina não é identificado, ela é disseminada na ausência dos indivíduos, o que os impede de se defenderem e apresentarem suas “defesas” e argumentos. Ainda segundo os autores, Mintzberg seria um dos primeiros a explorar este aspecto em seus estudos sobre a gestão.

Considerando-se a questão do poder, pode-se afirmar que a figuração é uma construção política, embora não se possa, de uma maneira ampla, afirmar que um indivíduo tenha controle sobre tal processo. Mas, ao mesmo tempo, considerando as diversas camadas de afiliação, os grupos estabelecem relações de coesão ou de competição, como demonstrado no caso de Winston Parva. Neste caso em particular, por exemplo, Elias e Scotson (2000) afirmam que os *outsiders* não têm nenhuma função para os grupos estabelecidos. Ao contrário, eles constituem apenas um obstáculo em seu caminho, sendo exterminados ou postos de lado até perecerem. São, assim, estigmatizados pelo grupo dominante, a ponto de o estigma ser “coisificado” e, portanto, considerado algo objetivo, dado, pertencente – como se fosse de sua natureza – ao grupo *outsider*.

Elias chama a atenção para o fato de que a opinião do grupo tende, sob certos aspectos, a ter “a função e caráter de consciência da própria pessoa” (ELIAS, 2000, p. 40). O indivíduo, por estar numa rede de indivíduos, acaba por estabelecer um vínculo elástico e invisível com o grupo. Quando as diferenças de poder são grandes, um membro do grupo estabelecido pode ser indiferente ao grupo de *outsider*, mas raramente o é em relação ao grupo de referência (*insiders*). Tais situações acabam por demonstrar o quanto o autocontrole individual e a opinião grupal estão articuladas entre si (ELIAS, 2000). No âmbito organizacional, as fofocas [*blame gossip*] dos gestores direcionadas aos empregados tende a aumentar em contextos de conflitos intensos, criando-se uma espécie de “mentalidade de guerra” [*front mentality*] em que os empregados são considerados inimigos (SOETERS; VAN ITERSSON, 2002).

Embora atualmente possa haver a percepção de que o indivíduo é independente da estrutura da sociedade, para Elias tal situação não é factível. Para ele, “a imagem do nós e o ideal do nós de uma pessoa fazem parte de sua autoimagem e seu ideal do eu tanto quanto a imagem do eu da pessoa singular a quem ela se refere como “eu”” (ELIAS, 2000, p. 42). Os aspectos da identidade grupal do indivíduo são tão integrantes de sua identidade pessoal quanto

outros aspectos que o distinguem de outros membros do seu “nós” (*we-group*) (ELIAS, 2000). Neste aspecto em particular, ilustra com a situação da imagem do **ideal do eu** e do **ideal do nós** de nações antes poderosas. Essa imagem pode permanecer por gerações como um modelo ao qual as pessoas podem não se conformar. De todo modo, o ideal do nós, juntamente com o ideal do eu, podem ser considerados como parte da estrutura de personalidade, ou, do *habitus*. Finalmente, Elias destaca que os estabelecidos, quando, de alguma forma confrontados com os *outsiders*, perceberam uma tríplice ameaça: ao monopólio de suas fontes de poder, ao seu carisma coletivo, e às suas normas grupais.

De um lado, Elias corrobora a discussão atual em torno da construção da identidade como um processo que se dá num contexto de relações de poder, evidenciado sobremaneira no caso da relação estabelecidos e *outsiders*. Por outro lado, contribui com a noção da construção da identidade como um processo de interdependência situado historicamente, como no caso de Mozart, que viveu num contexto em que a figuração de uma sociedade de corte se via em transição para um sociedade industrial-burguesa, sendo incapaz de assimilar certas regras sociais, lutando simultaneamente contra o pai-empresário e o príncipe-patrão (LANDINI, LEÃO, 2021).

É importante salientar que, por vezes, pode-se ter a impressão de que o *habitus* é algo estático, o que não corresponde à perspectiva de Elias. Neste aspecto em particular, seu livro “Os alemães” é exemplar, ao demonstrar o processo de mudança do *habitus* alemão. Dentre algumas mudanças estruturais percebidas por Elias na Alemanha, destacam-se os movimentos emancipatórios, ou seja, os movimentos que levaram a inversão na relação de poder entre grupos marginais e grupos estabelecidos, com destaque nas relações entre homens e mulheres; nas relações entre pais e filhos ou entre gerações; nas relações entre as nações europeias e suas antigas colônias; e nas relações entre governantes e governados (ELIAS, 1999).

Para Elias, os códigos de comportamento vêm se modificando ao longo do tempo, em que o século XX pode ser caracterizado como

[...] um século de crescente *incerteza de status*. Com uma transformação das relações de poder como tal, o problema de identidade social também se tornou muito mais explícito do que numa sociedade onde o ritmo de mudança não é tão acelerado. Com a crescente insegurança de status e uma também crescente busca de identidade, as preocupações aumentam. Não há dúvida de que o século XX é um século instável, inseguro, e não apenas por causa das duas Guerras Mundiais (ELIAS, 1999, p. 37).

Dentro do chamado processo civilizador, os códigos de comportamento são demonstrativos da estrutura do poder vigente na sociedade. O autor retoma o caso de Mozart para ilustrar o tipo de cerimonial da escrita de sua época, em que as palavras e as formas de tratamento – citando uma carta do pai de Mozart direcionada ao Arcebispo, por exemplo –

refletiam o gradiente de poder observado entre as pessoas de categoria superior e inferior, embora entre seus pares, ou pessoas de mesma “categoria”, tal nível de formalidade não existisse. Isto implica que existem códigos de comportamento diferentes no convívio social, de acordo com o grupo social a que se pertence (ELIAS, 1998). Em outras palavras, a língua é fonte de poder⁸.

Assim, segundo Elias (1998, p. 41):

O arcabouço de normas e controles, o código ou cânone de comportamento e sentimento em nossas sociedades (e talvez em todas as sociedades) não consiste num todo unificado. Em toda e qualquer sociedade existe um gradiente específico entre a relativa formalidade e a relativa informalidade, o qual pode ser apurado com grande precisão e ser mais ou menos elevado. A estrutura desse gradiente muda no decorrer do desenvolvimento de um Estado-sociedade. O seu desenvolvimento numa direção específica é um aspecto do processo civilizador.

Numa sociedade, cuja configuração é mediada pelas relações de poder, os códigos de comportamento e de sentimento são garantidos pelas coações a que os sujeitos e grupos estão expostos. Elias elenca quatro tipos:

- 1 Coações impostas às pessoas pelas características de sua natureza, como os imperativos de fome ou sede, impulso sexual, bem como aquelas associadas ao envelhecimento, morte, ao ódio e ao amor, entre outras do gênero.
- 2 Coações decorrentes da dependência de circunstâncias naturais não humanas, especialmente aquela imposta pela necessidade de procurar alimento ou proteção contra o clima e intempéries, por exemplo.
- 3 Coações sociais, ou seja, coações impostas mutuamente pelas pessoas no decorrer da vida social, por conta da relação inevitável da interdependência. O autor as chama de “coações externas”, ressaltando que se tratam de “coações por outras pessoas”. Numa dimensão ampla, inclui pagar impostos, por exemplo, mas pode envolver apenas duas pessoas.
- 4 Autocoação, ou seja, diz respeito ao autocontrole. A “razão” e a “consciência” são consideradas mecanismos de autocontrole. Ou seja, este mecanismo precisa ser ativado ou realizado pela experiência e pela aprendizagem; e depende da sociedade em que a pessoa cresce, mudando ao longo do processo de desenvolvimento humano.

⁸ A língua é fonte de poder à medida que determinados grupos dominam a língua e a linguagem, definindo o que é certo e o que é errado, por exemplo. Uma linguagem refinada geralmente é associada a determinado grupo social de determinado padrão socioeconômico e cultural. Dito de outro modo, a língua também é usada na definição e no controle de certos comportamentos, delimitando níveis de pertencimento social. Cf. Elias (1994b).

Elias deixa claro que no decorrer do processo civilizador, o mecanismo de autocoação tem se tornado mais forte do que as coações externas, se tornando mais uniforme e abrangente. Segundo o autor, é comum que se desenvolva o autocontrole para o estabelecido (*establishment*), sobretudo em relação aos seus iguais, em sociedades com proporções de poder bastante desiguais. Segundo Elias (1998), aqueles que detêm o poder, aqueles que ocupam os mais altos cargos da hierarquia, ao lidar com seus inferiores na escala social, não precisam se conter e podem, portanto, “soltarem-se”. Na esfera organizacional, é possível observar o autocontrole como estratégia de conformação comportamental, para o estabelecimento de comportamentos de modo a alcançar os resultados. No limite, no contexto do toyotismo, por exemplo, remete à questão da chamada “captura da subjetividade”, ou seja, a criação de um nexó psicofísico que molda e orienta a ação e o pensamento dos empregados, em conformidade com a racionalização da produção (ALVES, 2011).

Por outro lado, para Elias (2006) o século XX foi uma época de grandes mudanças, o que é, de todo modo, o padrão das sociedades; o que implica, necessariamente, na existência de tensões e conflitos. Para o autor, ao contrário do que se possa imaginar, “tensões e conflitos abertos entre os grupos não estão o mais das vezes onde a desigualdade dos meios de poder de grupos interdependentes é muito grande e incontornável, mas, precisamente, onde a situação começa a mudar em favor dos grupos com menor poder” (ELIAS, 2006, p. 202).

Nas sociedades, ao longo de suas existências e de seus processos sociais – de integração, por exemplo –, os diversos grupos ou unidades de subsistência concorrem por oferecer melhores chances de sobrevivência aos respectivos grupos, o que implica no que Elias chama de “lutas sociais de eliminação” ou “lutas de sobrevivência” como mecanismos de seleção, que se dão em função do domínio de conhecimentos e inovações mediante processos de aprendizagem, em diversos campos, incluindo técnicas, ferramentas, armas, etc. (ELIAS, 2006). Neste sentido, e não por acaso, é possível observar a proeminência de grupos e organizações de cariz conservador radical, especialmente diante de movimentos sociais de grupos menos favorecidos e fragilizados que alcançaram certo reconhecimento social e político – não apenas, mas sobretudo no Brasil dos últimos anos –, impactando o redirecionamento ou a extinção de determinadas políticas públicas e, conseqüentemente, afetando o mundo do trabalho e as próprias organizações, especialmente para aqueles grupos fragilizados.

Para Norbert Elias, seres humanos são indivíduos e sociedades, embora certas correntes tratem as duas dimensões de forma separada, a ponto de conceberem a sociedade, por exemplo, como portadora de uma alma própria que transcende as almas individuais, uma espécie de “mentalidade grupal”. Embora o autor negue a perspectiva do indivíduo como um *homo*

clausus, também não admite a concepção – para ele, a dominante – de que os fenômenos psicossociológicos sejam tratados como a soma ou a média do comportamento de indivíduos singulares. Da mesma forma, não admite concepções filosóficas metafísicas ou que considerem a possibilidade da existência de um “espírito”, como o “espírito da França”, ou como em Hegel, em que um Espírito Mundial ou o próprio Deus parece se incorporar no mundo histórico para explicar sua ordem, sua periodicidade e seu propósito. Embora credite contribuições altamente relevantes a Comte e Marx, considera-os, junto com outros neste aspecto, como quem “falam de uma sociedade humana como uma entidade supraindividual a cujas leis os seres humanos estão impotentemente submetidos, como estavam os gregos à inevitável determinação do destino” (ELIAS, 1994b, p. 66).

Em resumo, sociedades de indivíduos são figurações, cujas características são mutáveis, ou seja, a transformação é seu atributo fundamental, sendo, portanto, portadora de tensões e conflitos que são mediados pelas relações de poder, em diversos níveis ou camadas. Não são o resultado do destino nem da ação individual, embora possuam uma ordem oculta, que não se confunde com a ideia de progresso linear.

Como bem sintetizam Landini e Leão (2021) acerca da relação indivíduo e sociedade em Elias, em que a percepção do eu desprovido de um nós não constitui, no século XX, uma questão isolada e individual, mas um traço básico da estrutura de personalidade social das pessoas na era moderna, ou seja, um *habitus*. Segundo as autoras:

[...] o *homo clausus* deixa o espaço de conceito sociológico e passa a ser tomado como um *habitus*. Essa provocante e elucidativa formulação, concebida a partir de Elias, nos indica a radicalidade do conceito de figuração, a qual afirma a sociedade como formação de indivíduos interdependentes, a despeito da percepção individual ou social de uma possível autonomia. A interdependência, ao fim e ao cabo, está para além do entender-se autônomo, único e livre, para além da identidade-eu dos indivíduos. A interdependência é ao mesmo tempo uma questão empírica e ontológica, constitui um *habitus* situado historicamente (LANDINI; LEÃO, 2021, p. 904 e 905).

Para desenvolver seus conceitos e pensar a relação indivíduo/sociedade em suas diversas figurações, Elias faz uso dos conceitos de alienação (ou distanciamento)⁹ e de envolvimento (ou equivalentes como subjetividade/objetividade; racionalidade/objetividade) para explicar como estruturamos nossa forma de pensar, numa perspectiva histórica de longo prazo. Para ele, a humanidade se viu obrigada a aprender a lidar com os diversos perigos da vida natural e social, fazendo com que os indivíduos encontrassem explicações para aquilo que viviam. Em tempos remotos, a humanidade atribuía à ira dos deuses, por exemplo, a ocorrência de tempestades ou

⁹ A tradução brasileira para a versão inglesa do livro original em alemão *Engagement und distanzierung* optou por “envolvimento e alienação”. No entanto, diversos autores preferem “distanciamento” à alienação.

infortúnios que afetassem suas vidas. Muitos se perguntavam porque isso acontecia com eles, e, portanto, buscavam um responsável ou culpado, algo fortemente associado a uma visão de mundo que acreditava no ser humano como centro do universo, e que tudo o que acontecia guardava relação com essa centralidade. Foram necessários séculos de aprendizagem e de desenvolvimento de uma capacidade de abstração para que os indivíduos compreendessem que havia outras explicações, que não metafísicas ou sobrenaturais para os fenômenos percebidos, especialmente aqueles fenômenos que hoje chamamos de naturais. O autor descreve como se dava tal processo:

[...] durante muito tempo em sua luta com as forças não humanas da natureza, os humanos devem ter-se movimentado no que, retrospectivamente, parece um círculo vicioso. Tinham pouco controle sobre as forças naturais, das quais dependiam para sobreviver. Totalmente dependentes dos fenômenos cujo curso não podiam prever, nem influenciar, em qualquer grau considerável, viviam em extrema insegurança e, estando vulneráveis e inseguros, não eram capazes de evitar sentir fortemente cada ocorrência que, pensavam, pudesse afetar suas vidas; estavam profundamente envolvidos para poder enfrentar os fenômenos naturais como observadores distantes, calmamente. Assim, por um lado, tinham pouca possibilidade de controlar os fortes sentimentos em relação à natureza e de formar conceitos mais alienados em relação aos acontecimentos naturais, já que tinham pouco controle sobre eles; e tinham, por outro lado, pouca possibilidade de estender o controle sobre seus ambientes não humanos, uma vez que não podiam adquirir maior maestria sobre os próprios e fortes sentimentos em relação a eles nem aumentar seu autocontrole (ELIAS, 1998[1983], p.115).

Este aumento da compreensão acerca das forças naturais está associado a mudanças nas relações humanas, à medida que cada vez mais os indivíduos tendem a se tornar dependentes uns dos outros em função da crescente e complexa rede de atividades humanas. Maior conhecimento acerca dos fenômenos naturais proporcionou maior segurança nesse campo, mas trouxe outras formas de insegurança nas relações sociais. Logo, o envolvimento é grande e torna difícil para as pessoas olharem de um ponto de vista alienado, distante. Em outras palavras, os indivíduos, com o tempo, passam a ser capazes de estabelecer uma relação entre “sujeitos” e “objetos”, diferentemente do passado. No campo científico, as ciências naturais diferenciam o “sujeito” do “objeto”, enquanto nas ciências sociais tal situação não ocorreria. Assim, para Elias (1998[1983], p. 121):

A tarefa dos cientistas sociais é pesquisar e fazer as pessoas entenderem os padrões que formam quando juntas, a natureza e a configuração mutante de tudo que as liga. Os próprios pesquisadores fazem parte desses padrões. Não podem evitar vivenciá-los, diretamente ou por identificação, porque deles participam; e quanto maiores as solicitações e as tensões a que eles e seus grupos estão submetidos, mais difícil lhes é realizar a operação mental que fundamenta todas as buscas científicas: alienar-se do papel de participante imediato e da perspectiva limitada que isso oferece.

Com o desenvolvimento das ciências naturais, passou-se a considerar que seu método poderia ser aplicado para se compreender as dinâmicas e as relações humanas e sociais. Do

ponto de vista da estrutura de pensamento, as ciências (os cientistas) da natureza são capazes de grande capacidade de distanciamento, ao passo que as ciências sociais são movidas, em larga medida, “sob o impacto de forte envolvimento” (p. 130). A transposição do método de uma para a outra acaba por dar ares de “objetividade”, sendo considerado o método científico por excelência, por assim dizer.

Diante do exposto, e de forma sintética, sem explorar ou descrever os desdobramentos e implicações discutidos por Elias, ao pesquisador em ciências sociais não é possível o total distanciamento ou alienação (nem mesmo nas ciências naturais, como o autor deixa claro ao longo do livro), nem desejável apenas o envolvimento. Em outras palavras, no contexto das ciências sociais, sempre haverá um grau de envolvimento e um grau de alienação, uma vez que o pesquisador está implicado naquilo que pesquisa. Sem a capacidade de alienação, as ciências naturais não teriam se desenvolvido (talvez nem existido), mas tal capacidade se desenvolveu por conta do envolvimento emocional e a necessidade de respostas, de segurança, de proteção e de conforto, inclusive psicológico. As ciências sociais são menos desenvolvidas nesse sentido, dada a influência, o apelo e o prestígio da compreensão das chamadas “leis da natureza”.

A formulação de Elias envolve, finalmente, a articulação inevitável e indissociável entre o teórico e o empírico, daí a questão do método também constituir uma contribuição importante do autor. Enquanto atuava em um programa de educação de adultos, contou com a colaboração de John Scotson, professor na cidade de Winston Parva, onde o estudo dos estabelecidos e *outsiders* foi realizado e adotou certo “ecletismo metodológico”, para analisar a figuração daquela pequena cidade. Foram usadas estatísticas oficiais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalísticos, entrevistas e a chamada observação participante. Ou seja, os pesquisadores procuraram obter o ponto de vista e as posições sociais dos diversos laços de interdependência entre os indivíduos e grupos.

É preciso situar o trabalho de Elias num contexto (final da década de 1950) em que dominava a perspectiva estrutural-funcionalista fortemente associada a Talcott Parsons, que, nas palavras do apresentador do livro, “se organizava em torno da oposição sociologia teórica x sociologia empírica, quanto mais localizado fosse o objeto de estudo e quanto menor fosse a sua escala, menor seria o alcance da teoria, e a pretensão de uma obra e o status de um autor” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 8). Nesta época, os chamados “estudos de comunidade” (como o de Elias) “ocupava um lugar claramente subordinado e sobre o qual pesava um estigma

equivalente ao atribuído aos subúrbios operários que eram o seu principal referencial empírico” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 8)¹⁰.

Como se pode notar, a contribuição de Elias é original, embora não tenha recebido, à época, o prestígio e a importância que veio a receber posteriormente. Predominava, portanto, a sociologia dos dados maiores, por assim dizer, em que a estatística exercia grande influência. Em seu livro, Elias desmistifica tal fascínio, afirmado, por exemplo, em relação ao grupo estigmatizado, o qual vivia na área geográfica chamada de zona 3:

No contexto de uma área como a zona 3, uma minoria específica desempenhava um papel totalmente desproporcional a suas dimensões numéricas. Muitas vezes, a utilização atual das estatísticas parece implicar que, quanto maiores as dimensões numéricas, maior a importância. No caso das minorias de Winston Parva, como em muitos outros, a significação sociológica de modo algum era igual a significação estatística. Elas apontavam para um fato conhecido de outras pesquisas, ainda que, talvez, não suficientemente salientado: o de que os dados sociais podem ser sociologicamente significativos sem ter significação estatística e podem ser estatisticamente significativos sem ter significação sociológica. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 59).

Enquanto estudo empírico empreendido por Elias, o caso da comunidade de Winston Parva, nome fictício para uma cidade real próxima a Leicester, na Inglaterra, se configura, nos termos do próprio autor, como uma espécie de miniatura de um tema humano universal, as relações entre grupos. Embora a tradução em português do subtítulo se refira às relações de poder a partir de uma comunidade, o original em inglês diz respeito aos *community problems*. Em seu prefácio, Elias afirma que o estudo surgiu a partir da constatação do índice de delinquência sistematicamente mais elevado de um dos bairros. Segundo o próprio Elias, este problema acabou por provocar o deslocamento do interesse da pesquisa para o problema mais geral da relação entre diferentes zonas de uma mesma comunidade. Ou seja, a pesquisa não fora projetada inicialmente do modo como acabou sendo realizada, mas os “dados” observados apontaram para um problema mais profundo e amplo, o qual, certamente, envolve decisivamente as relações de poder.

A ideia de “miniatura” vem da constatação desta constante universal. Para os autores, observar uma pequena comunidade, a despeito das limitações, permite investigar o caso em suas minúcias e profundamente. Assim, do ponto de vista metodológico:

[...] pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala. Nesse sentido, o modelo de uma figuração estabelecidos-outsiders que resulta da investigação em uma pequena comunidade, como a de Winston Parva, pode funcionar como uma espécie de “paradigma empírico”. Aplicando-se como gabarito a outras configurações mais complexas desse tipo, pode-se compreender melhor as

¹⁰ Conforme Federico Neiburg, na apresentação à edição brasileira de “Os estabelecidos e os *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

características estruturais que elas têm em comum e as razões por que, em condições diferentes, elas funcionam e se desenvolvem segundo diferentes linhas (ELIAS, SCOTSON; 2000, p. 20 e 21).

Elias não nega a importância da estatística nos estudos sociológicos que lidam com o comportamento humano, mas pondera que a estatística é que acaba por determinar as questões que são postas pelos sociólogos. O problema residiria no fato de que a estatística se refere ao comportamento de muitos indivíduos separados, como se fossem independentes uns dos outros, como se cada indivíduo fosse um *homo clausus*. Para o autor, a estatística é útil desde que ela se desenvolva na perspectiva da interdependência dos indivíduos numa dada figuração (ELIAS, 2008).

Elias também se notabiliza pelo uso de fontes diversas de matéria-prima para suas análises, como o uso de poemas, cartas, obras de arte e documentos de forma geral. Destacamos o pequeno ensaio “A peregrinação de Watteau à ilha do amor” (ELIAS, 2005), publicado na década de 1980, em que o autor, a partir da observação atenta do quadro “O embarque para a ilha de Citera”, de Antoine Watteau, analisa parte do processo civilizador a partir da observação detalhada e precisa dos elementos constantes e constituintes da referida obra de arte, evidenciando o uso habilidoso das posições epistemológicas do envolvimento e da alienação.

Mas, em sua primeira obra, “A sociedade de corte” (ELIAS, 2001a), terminada, basicamente, em 1933, já deixa claro sua epistemologia e método em sua sociologia processual e relacional, ao estudar a sociedade do “Antigo Regime” a partir da sua formação social, a corte. Tendo como foco de análise a sociedade de corte de Luis XIV, o Rei-Sol, Elias inicia o desvendar do processo civilizador, colocando à prova um corpo de hipóteses e de conceitos, e dados empíricos, ao mesmo tempo em que adota a comparação e a confrontação como estratégia metodológica (ELIAS, 2001a)¹¹. Tal método o permite compreender a psicogênese de um indivíduo (e sua corte) – Luis XIV – simultaneamente à sociogênese da civilização num dado estágio de desenvolvimento, numa perspectiva histórica, o que sugere alguns *insights* importantes para se investigar a história de organizações e suas figuras emblemáticas, por exemplo.

O trabalho de Elias consiste no estudo “global” dos seres humanos e não apenas de aspectos particulares das suas vidas, daí atribui prioridade à síntese em relação à análise, esforçando-se por:

[...] evitar a compartimentalização das pessoas e das sociedades humanas segundo categorias como “econômico”, “político” e “social – como se “o econômico” e “o político” não fizessem parte, de algum modo, da “sociedade” – ou “biológico”, “psicológico” e “sociológico” – como se as pessoas pudessem existir sem corpos,

¹¹ Esta observação é feita por Roger Chartier, no prefácio do referido livro.

como se os seus “espíritos” fossem de alguma maneira fenômenos não físicos ou biológicos, ou como se “as sociedades” pudessem existir, de certa forma, independentemente e separadas do homem e da mulher individuais que as constituem (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 21).

Como bem coloca Miceli (1999, p. 117 e 118), Elias contribui para a questão da determinação na sociologia, superando a dualidade agência/estrutura, “ao delegar à esfera da análise propriamente dita o sentido encadeador do balanço de forças envolvendo as classes, os grupos, e as instituições, constitutivos de uma dada formação histórica, como a sociedade de corte francesa, por exemplo”. Dessa forma, segue o autor, “na medida em que ele desloca a questão da determinação para o âmbito da análise, até mesmo a nomeação de diferentes instancias passa a depender da apreensão circunstanciada das lutas sociais, vale dizer, dos móveis de concorrência bem como dos sentidos que dão liga à interação das principais forças em confronto” (p.118). Assim, ainda de acordo com Miceli (1999, p. 127), em sua perspectiva interdisciplinar, “ao deixar de apreender quaisquer das instâncias canônicas, em conjunto ou isoladamente – economia, política, sociedade, cultura –, num registro substancializado, como se fossem domínios automeáveis, dotados de princípios quase imutáveis de estrutura e funcionamento, Elias desarrumou os esquemas habituais de determinação, ou, se quiserem, de sobredeterminação, assumindo o desafio de reconstruí-los a partir de sua gênese e transformação num dado momento histórico”.

Do ponto de vista metodológico, Elias é inovador em sua época, influenciando gerações posteriores, ainda que tardiamente, por assim dizer. Especificamente em “Os Estabelecidos e os *outsiders*” mostra claramente a ideia da “realidade em miniatura” como expressão de uma “constante universal”, ou seja, a significância sociológica e não a estatística, tão cara às pesquisas qualitativas. No entanto, mais do que isso, o uso de fontes históricas, sociológicas, culturais, econômicas, bem como fontes empíricas como poemas, pinturas, dentre outras, confere a Elias um caráter singular e interdisciplinar em sua forma de observar e analisar questões empíricas, seu foco de investigação.

Atualmente, os estudos organizacionais têm utilizado estratégias metodológicas diversas, sobretudo para as pesquisas denominadas qualitativas. No entanto, há que se destacar que o método de Elias está assentado em sua concepção acerca da relação indivíduo e sociedade, por meio do conceito de figuração, o qual, por sua vez, também é uma estratégia metodológica, na medida em que permite “escapar dos ideais e das crenças pelas quais os diversos campos de conhecimento estão capturados, fragmentados e polarizando a dimensão humana. A configuração alarga os campos e os coloca em relação estreita com outras disciplinas” (COSTA, 2017, p. 47).

Nesse sentido, como bem lembra Mantilla (2010), a estratégia metodológica de Elias passa por considerar os próprios conceitos como processos. Segundo Elias, o modo sociológico (dominante em sua época) de pensar, influenciado pelas ciências naturais, acaba por atribuir um caráter metafísico às estruturas sociais, bem como por utilizar uma linguagem que expressa aquele caráter, o que impede “que se desenvolva um modo mais autônomo de falar e de pensar, mais adequado às particularidades das configurações humanas” (ELIAS, 2008, p. 18).

Em síntese, podem ser elencados os quatro princípios inter-relacionados da sociologia processual de Elias (MENNELL; GOUDSBLOM, 1998, p. 39):

- 1 Sociologia é sobre pessoas no plural – seres humanos que são interdependentes entre si de diversos modos, e cujas vidas se desenvolvem e são de forma muito significativa moldadas pelas figurações sociais que elas formam em conjunto.
- 2 Essas figurações estão em um estado de fluxo e transformações de muitos tipos – algumas rápidas e efêmeras, outras mais lentas e talvez mais duráveis.
- 3 Transformações de longo prazo das configurações sociais humanas foram, e continuam a ser, em grande parte não planejado e imprevisto.
- 4 O desenvolvimento do conhecimento humano ocorre dentro de tais figurações e forma um aspecto de seu desenvolvimento geral.

O pensamento de Elias implica mudanças significativas na forma como a sociologia tradicionalmente opera, como bem destacam Quilley e Loyal (2005) acerca do legado de Elias: i) pensar sobre indivíduos singulares ou sobre a humanidade como algo dado deve ser evitado; ii) rejeitar a ideia de *homo clausus*, evitando, desta forma, a dualidade corpo/mente presente em diversas teorias sociológicas – ou, em outras palavras, “aqui radica a ideia de relacionalidade (“relacionalidad”) em sua compreensão ontológica da realidade” (MANZO, 2012, p. 43); iii) ter atenção à potencial reificação de conceitos sociológicos, como classe, por exemplo; iv) compreender o poder em termos de dinâmicos, ou seja, em termos de um “balanço mutável do poder” (“*changing balance of power*” ou “*power ratios*”), e não como algo que se “tem” ou “não se tem”; e v) sociologia deve ser vista em termos de tentativas contínuas das pessoas que se orientarem dentro das figurações que formam juntas.

Embora voltadas para a sociologia, o pensamento e o método de Elias são capazes de contribuir para alargar as pesquisas no campo dos estudos organizacionais, escapando das abordagens reificantes ou estáticas, alternativamente ao funcionalismo e dialogando com correntes e autores diversos, possibilitando avanços no conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretendeu realizar um inventário de “aplicações” do pensamento de Norbert Elias, nem realizar um levantamento sistemático de seus textos, de seus discípulos e seus

críticos. Como se pode perceber, suas contribuições possuem grande potencial para a compreensão de diversas questões e problemas da vida social, especialmente aquelas relativas ao campo dos estudos organizacionais,

Por fim, vale relatar um episódio da trajetória acadêmica de Norbert Elias, cujos desdobramentos se deram em função de seu modo de pensar diferente de seu orientador da tese de doutoramento, Richard Höningwald. Por conta de discordar de uma tese de Kant, e por considerar que seu próprio argumento seria irrefutável, Elias relata:

Höningwald declarou simplesmente que aquilo era falso. Sem apresentar razões que eu considerasse convincentes, exigiu que modificasse meu trabalho, afirmando que não podia aceitá-lo naquele estado. Fincamos pé em nossas respectivas posições – posições que ainda hoje defendo –, até o momento em que me foi necessário admitir que seu poder era maior que o meu. Suprimi as passagens mais explícitas, aliviei algumas outras, depois enviei-lhe esse produto podado, que ele aceitou sem dizer nada, e foi assim que me tornei doutor em filosofia pela Universidade de Breslau. [...] Mas, a partir de então, pareceu-me inútil recorrer a Höningwald para minha tese de habilitação (ELIAS, 2001b, p. 101).

O pensamento crítico do autor lhe custou, naquele momento, a possibilidade de pleitear uma tese de habilitação, que lhe conferiria o direito de lecionar na universidade, algo que ele irá obter em 1933, em Frankfurt, conforme assinalado inicialmente. Foi o preço a pagar, por assim dizer, por assumir uma postura crítica e inovadora, embora fundamentada e respeitosa, diante de seu orientador. Nesse aspecto, Elias percebe em sua própria experiência aquele gradiente de poder existente a que se refere em seus trabalhos, dimensão incontornável do trabalho do pesquisador, constituinte de uma figuração como a universidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo, 2011.

AREIAS, H.; MARQUES, A. P. Redes e configuração organizacional: o contributo de Norbert Elias. **Configurações**, n. 9, 2020.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v.31 n.1 jan./abr., 2016. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em 10 jan. 2021.

CONNOLLY, J.; DOLAN, P. Re-theorizing the “structure-agency” relationship: figural theory, organizational change and the Gaelic Athletic Association. **Organization**, vol. 20, issue 4, 2012, p. 491-511.

COSTA, A. O. Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar. **Configurações**, v. 19, p. 34-48, 2017.

DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (Ed.). **Norbert Elias and violence**. New York: Palgrave McMillan, 2017.

DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (Ed.). **Norbert Elias and empirical research**. New York: Palgrave McMillan, 2014.

DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (Ed.). **Norbert Elias and Social Theory**. New York: Palgrave McMillan, 2013.

DOPSON, S. Applying an Elisasian approach to organizational analysis. **Organization**, vol. 8, issue 3, Aug. 2001, p. 515-535.

DUNNING, E.; MENNELL, S. **Norbert Elias**. London/New Delhi: Thousand Oaks/Sage Publications, 2003.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1985.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, N. **A peregrinação de Watteau à ilha do amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: a investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**, seguido de “Envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001b.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N. **Escritos e ensaios**. Vol.1, Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, N. **Mozart**: a sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Volume 1. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FLÓREZ, J. G. La ontología de lo humano em Norbert Elias. In RIVERA, Hésper Eduardo Pérez. **Norbert Elias, un sociólogo contemporáneo**: teoria y método. Medellín: La Carreta Editores, 2010, p. 59-70.

GEBARA, A.; COSTA, J. C.; SARAT, M. **Leituras de Norbert Elias**: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá: EDUEM, 2014.

GOETTERT, J. D.; SARAT, M. **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

KILMINSTER, R. **Norbert Elias post-philosophical sociology**. New York: Routledge, 2007.

LANDINI, T. S.; DÉPELTEAU, F. Introduction. In DÉPELTEAU, François, LANDINI, Tatiana Savoia (Ed.). **Norbert Elias and Social Theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2013.

LANDINI, T. S. A sociologia de Norbert Elias. **BIB**, São Paulo, n. 61, 1º sem., 2006, p. 91-108.

LANDINI, T. S. Main principles of Elias's sociology. In DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (Editors). **Norbert Elias and Social Theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2013.

LANDINI, T. S.; LEÃO, A. B. Indivíduo e individualismo em Norbert Elias. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v.II.03, p. 891-911, set./dez., 2021.

LOYAL, S.; QUILLEY, S. (Ed.). **The sociology of Norbert Elias**. New York: Cambridge University Press, 2004.

MANTILLA, L. T. G. de. Norbert Elias: aproximación a sua propuesta metodológica. In RIVERA, Héspere Eduardo Pérez. **Norbert Elias, un sociólogo contemporáneo: teoría y método**. Medellín: La Carreta Editores, 2010, p. 23-58.

MANZO, E. G. La sociología del conocimiento de Norbert Elias. **Sociológica**, año 27, n. 77, sep./dec./2012, p. 35-70.

MENNELL, S. 1992. **Norbert Elias: An Introduction**. Dublin: University College Dublin Press.

MENNELL, S.; GOUDSBLOM, J. (Ed.). **Norbert Elias on civilization, power, and knowledge**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

MENNELL, S. Sobre Norbert Elias. Fundação Norbert Elias [2017]. Recuperado de <<http://norbert-elias.com/pt/sobre-norbert-elias/>>. Acesso em 07 fev. 2021.

MICELI, S. Norbert Elias e a questão da determinação. In WAIZBORT, Leopoldo (Org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp, 1999.

MOTA, R. A superação de dualismos ontológicos da teoria social em Elias e Archer. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 15, jan.jul./2021, p. 237-255.

NEUBERT, L. F. Bourdieu, Giddens e Elias: a superação do dilema micro/macro. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, dez. 2018, p. 299-308.

NEWTON, T. Organization: The Relevance and the Limitations of Elias. **Organization**, vol. 8, issue 3, Aug. 2001, p. 467-496.

PREVIATTI, D. O pensamento relacional molecular de Norbert Elias e a sociologia atomística weberiana: aproximações e distanciamentos. **Teoria e Cultura**, v. 12, n. 2, jul.-dez. 2017, p. 189-198.

QUILLEY, S.; LOYAL, S. Eliasian sociology as a central theory for the human sciences. **Current Sociology**, v. 53, n. 5, 2005, p. 807-828.

RIVERA, H. E. P. **Norbert Elias, un sociólogo contemporáneo: teoría y método**. Medellín: La Carreta Editores, 2010.

SALUMETS, T. (Ed.). **Norbert Elias and human interdependencies**. Quebec: McGill-Queens University Press, 2001.

SARAT, M.; SANTOS, R. dos. (Org.). **Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert**. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SEGURA-RAMIREZ, H. F. Por um pensamento relacional: Norbert Elias, Pierre Bourdieu e a relação sujeito-objeto. *Temáticas*, v. 9 (17/18), jan./dez. 2001, p. 157-171.

SMITH, D. Organizations and humiliation: looking beyond Elias. **Organization**, vol. 8, issue 3, Aug. 2001, p. 537-560.

SETTON, M. G. J. Socialização de habitus: um diálogo entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

SILVA, J. A.; CERRI, L. F. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: biografia, conceitos e influências na pesquisa educacional. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan/jun., 2013, p. 171-198,

SOETERS, J.; VAN ITERSON, Ad. Blame and praise gossip in organizations: established, outsiders and the civilising process. In VAN ITERSON, A.; MASTENBROEK, W.; NEWTON, T.; SMITH, D. (Ed.). **The civilized organizations: Norbert Elias and the future of organizations studies**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2002.

VAN ITERSON, A.; MASTENBROEK, W.; NEWTON, T.; SMITH, D. (Ed.). **The civilized organizations: Norbert Elias and the future of organizations studies**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2002.

VAN ITERSON, A.; MASTENBROEK, W.; SOETERS, J. Civilizing and informalizing: organizations in an Eliasian context. **Organization**, vol. 8, issue 3, Aug. 2001, p. 497-514.

VAN KRIEKEN, R. **Norbert Elias**. New York: Routledge, 1998.

WAIZBORT, L. (Org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp, 1999.